



**PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE MARINGÁ**

PLANO DE TRABALHO 2026

CONSELHO FISCAL

FEVEREIRO - 2026

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. DO CONSELHO FISCAL.....	3
2.1. Membros do Conselho Fiscal.....	3
2.2. Membros titulares do Conselho Fiscal – quadriênio 2026-2029	3
3. CRONOGRAMA DE AÇÕES DO PLANO DE TRABALHO.....	4
3.1. Cronograma de ações do Conselho Fiscal – exercício 2026.....	4
4. CRONOGRAMA DE REUNIÕES MENSASIS – 2026	5
4.1. Cronograma de reuniões ordinárias do Conselho Fiscal	6
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	6

1. INTRODUÇÃO

O Plano de Trabalho do Conselho Fiscal da Maringá Previdência estabelece os procedimentos, apresenta o planejamento e cronograma das reuniões mensais e relaciona as principais atividades a serem desenvolvidas durante o exercício de 2026 pelo Conselho, com observância ao plano geral de gestão da entidade.

2. DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é o órgão colegiado fiscalizador dos atos de gestão da Maringá Previdência e foi instituído pela Lei Complementar Municipal nº 749/2008, com a finalidade de garantir aos segurados e dependentes o atendimento aos objetivos definidos pela legislação dentro dos princípios da ética, equidade e transparência, bem como zelar pelo patrimônio e proporcionar maior credibilidade para as partes interessadas, em busca da sustentabilidade da Previdência Municipal.

2.1. Membros do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal são definidos por eleição e indicação pelo Poder Executivo e Legislativo, sendo composto por quatro membros para cumprir um mandato de quatro (4) anos, conforme determina o art. 16 da Lei Complementar Municipal nº 749/2008 e suas alterações a qual exige dos membros eleitos e indicados, dez anos de efetivo exercício, formação em nível superior em um dos seguintes cursos: administração, ciências contábeis, economia, direito ou gestão pública, bem como, a Certificação Profissional atendendo a legislação vigente.

2.2. Membros titulares do Conselho Fiscal – quadriênio 2026-2029

Conforme Decreto do Poder Executivo Municipal nº 66/2026, o mandato dos membros do Conselho Fiscal para o quadriênio 2026-2029, encerra-se em 31 de dezembro de 2029, e está composto pelos servidores relacionados em seguida.

Membros eleitos, representantes dos servidores ativos e inativos do Executivo:

Arthur Magalhães Campelo Junior – Vice Presidente

Ademir Aparecido Antonelli

Membros indicados, representantes dos servidores ativos e inativos do Executivo:

Wilson Antonio Braz - Presidente;

Membros indicados, representantes dos servidores ativos e inativos do Legislativo:

João Ismael Altoé;

3. CRONOGRAMA DE AÇÕES DO PLANO DE TRABALHO

Em continuidade às atividades desenvolvidas pelo Conselho Fiscal da Maringá Previdência destacamos no cronograma abaixo as principais ações programadas para o exercício de 2026, considerando a realização de duas reuniões mensais ordinárias e extraordinárias quando necessárias, no sentido de cumprimento de suas funções de fiscalização, como definidas a seguir:

3.1. Cronograma de ações do Conselho Fiscal – exercício 2026

ITEM	AÇÃO / OBJETIVO	META / PRAZO	RESULTADO/ CONCLUSÃO
1	Promover reunião, ordinariamente, duas vezes ao mês, com a presença de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros para deliberar sobre assuntos previamente definidos em pauta;	Quinzenal	Deliberação e Atas
2	Elaborar o cronograma de reuniões ordinárias mensais do Conselho Fiscal;	Anual	Relatório
3	Emitir mensalmente parecer prévio, antes de seu encaminhamento ao Conselho de Administração, sobre os relatórios e demonstrativos contábeis;	Mensal	Relatório e Parecer quando necessário
4	Emitir mensalmente parecer prévio, antes de seu encaminhamento ao Conselho de Administração, sobre os relatórios com a posição das aplicações financeiras de cada mês;	Mensal	Relatório e Parecer quando necessário

5	Emitir parecer prévio, antes de seu encaminhamento ao Conselho de Administração, do balanço geral e das contas anuais da Maringá Previdência, bem como dos demais documentos contábeis e financeiros exigidos pela legislação nacional aplicável ao regime de Previdência Própria;	Anual	Relatório e Parecer
6	Emitir parecer prévio, antes de seu encaminhamento ao Conselho de Administração, do Regulamento das Políticas de Aplicações e Investimentos;	Anual	Relatório e parecer
7	Emitir parecer prévio, antes de seu encaminhamento ao Conselho de Administração, da proposta de orçamento anual da Maringá Previdência;	Anual	Relatório e parecer
8	Emitir parecer prévio, antes de seu encaminhamento ao Conselho de Administração, do parecer atuarial do exercício 2025;	Anual	Relatório e Parecer
9	Emitir análise prévia quanto proposições de aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como aceitação de doações com encargo, para conhecimento do Conselho de administração;	Eventual	Parecer
10	Pronunciar-se sobre assuntos de natureza econômico- financeira e contábil ou qualquer outro assunto de interesse da Maringá Previdência e que lhe seja submetido pelo Secretário Municipal de Governo, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração ou por qualquer de seus membros;	Permanente	Relatório e Parecer quando necessário
11	Acompanhar as audiências públicas promovidas pela Maringá Previdência;	Permanente	Relatório e Parecer quando necessário
12	Comunicar ao Conselho de Administração os fatos relevantes que, eventualmente, apurar no exercício de suas atribuições;	Permanente	Relatório e parecer se necessário
13	Participar de congressos, treinamentos e cursos de capacitação relacionados às atividades do Conselho Fiscal;	Permanente	Relatório
14	Elaboração e lavratura de atas ordinárias e extraordinárias, enviando para o Diretor Presidente e para divulgação no Portal de Transparência da Entidade;	Mensal	Atas
15	Elaborar plano anual de trabalho do Conselho Fiscal;	Anual	Plano

16	Elaborar relatório anual de atividades desenvolvidas pelo Conselho Fiscal.	Anual	Relatório
17	Acompanhar o cumprimento do plano de custeio, em relação ao repasse das contribuições e aportes previstos	Mensal	Relatório
18	Em caso de inconsistência dos valores referentes as contribuições, será solicitado junto ao setor de folha de pagamento do município, relatório de justificativa das diferenças que será analisado por este conselho para as providências necessárias.	Bimestral	Relatório

No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá examinar livros e documentos, assim como indicar justificadamente a necessidade de inspeções e auditorias, podendo, para tanto, solicitar a participação do Órgão de Controle Interno do Município, ou, ainda, indicar a contratação de perito independente, se for o caso.

O Setor de Contabilidade, o Comitê de Investimentos e a Diretoria Executiva deverão encaminhar mensalmente os documentos e com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, aos membros do Conselho Fiscal a relação de documentos abaixo:

DOCUMENTOS PARA ANALISAR AS CONTAS ANUAIS
1) Nota Técnica Atuarial;
2) Cálculo Atuarial;
3) Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial;
4) Demonstrativo da Política de Investimentos;
5) Demonstrativo das Informações Previdenciárias e Repasses;
6) Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos;
7) Balancete de dezembro devidamente encerrado;
8) Demonstrativos Contábeis, devidamente encerrados Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais Quantitativas, Balanço Patrimonial, Notas Explicativas;
9) Relatório de Reavaliação de Imóveis;
10) Contratos de Locação de Imóveis, próprios e de terceiros;
11) Rol de pendências judiciais atualizadas, trabalhistas e previdenciárias;
12) Rol de pendências fiscais atualizadas;

13) Relatório demonstrativo de investimentos, completo e atualizado;

DOCUMENTOS REFERENTE À PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAIS
1) Cálculo Atuarial, quando houver alteração;
2) Demonstrativo da Política de Investimentos;
3) Demonstrativo das Informações Previdenciárias e Repasses;
4) Balancetes do período a fiscalizar;
5) Relatórios de investimentos do período a fiscalizar;
6) Contratos de locação de imóveis próprios e de terceiros, se houver;
7) Relatório demonstrativo de investimentos, completo e atualizado;
8) Acordos de Parcelamentos de Contribuições Previdenciárias, se houver;
9) Acompanhamento das Atividades do Controle Interno

No decorrer das reuniões poderão ser solicitados outros documentos, não presentes nesta relação elencado, a critério do Conselho Fiscal.

Para as contas anuais, o Conselho Fiscal emitirá Parecer quanto à sua aprovação para envio ao Conselho de Administração.

No decorrer dos trabalhos o Conselho Fiscal contará com o apoio da Diretoria Executiva da Maringá Previdência que, ao final de cada reunião, deverá providenciar a publicação da ata e demais documentos no site oficial da autarquia.

4. CRONOGRAMA DE REUNIÕES MENSAIS – 2026

As reuniões ordinárias serão realizadas duas vezes em cada mês, com a presença de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros para deliberar sobre assuntos previamente definidos em pauta, conforme datas fixadas e aprovadas na última reunião ordinária do ano anterior, que reproduzimos a seguir:

4.1. Cronograma de reuniões ordinárias do Conselho Fiscal (1)

Mês	1ª. Reunião	2ª. Reunião	Local / horário
Janeiro	16/01/2026	28/01/2026	Maringá Previdência – 13h30
Fevereiro	12/02/2026	26/02/2026	Maringá Previdência – 13h30
Março	13/03/2026	27/03/2026	Maringá Previdência – 13h30
Abril	13/04/2026	27/04/2026	Maringá Previdência – 13h30
Maiο	14/05/2026	29/05/2026	Maringá Previdência – 13h30
Junho	12/06/2026	26/06/2026	Maringá Previdência – 13h30
Julho	13/07/2026	27/07/2026	Maringá Previdência – 13h30
Agosto	13/08/2026	27/08/2026	Maringá Previdência – 13h30
Setembro	14/09/2026	28/09/2026	Maringá Previdência – 13h30
Outubro	14/10/2026	28/10/2026	Maringá Previdência – 13h30
Novembro	13/11/2026	27/11/2026	Maringá Previdência – 13h30
Dezembro	14/12/2026	21/12/2026	Maringá Previdência – 13h30

(1) Calendário elaborado com base no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 749/2008, sujeito à alteração no decorrer do período;

5. ATAS

A ata de cada reunião do Conselho Fiscal será elaborada pelo secretário do Conselho. Após a sua conclusão e as assinaturas de todos os membros presentes à reunião, a mesma deve ser publicada no site da Maringá Previdência e salva na pasta do Conselho.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do período poderão ocorrer alterações no cronograma de atividades deste Plano de Trabalho definido para o ano 2026, em decorrência de fatores que inviabilizem sua realização.

No desempenho de suas atribuições o Conselho Fiscal poderá solicitar para exame e avaliação os relatórios contábeis, processos, documentos fiscais e administrativos, e, se necessário, comunicar ao Conselho de Administração os fatos relevantes que apurar no exercício de suas atribuições, conforme definidas pela legislação.

Ao final do exercício será emitido o relatório geral de atividades desenvolvidas pelo Conselho Fiscal, com objetivo de avaliar a efetividade dos procedimentos realizados no período, bem como, dar transparência aos segurados e aos respectivos órgãos de controle fiscal e social.

Maringá Previdência, aos 05 de fevereiro de 2026.

Wilson Antonio Braz
Presidente do Conselho

Arthur Magalhães Campelo Junior
Vice-Presidente

João Ismael Altoé
Secretário

Ademir Aparecido Antonelli
Membro



MARINGÁ PREVIDÊNCIA
Unidade Temporária da MGAPREV
Conselho Fiscal da MGAPREV

Avenida Carneiro Leão, 135,, Galeria do Edifício Europa - Bairro zona 01, Maringá/PR
CEP 87013-932, Telefone: (44) 3220-7700 - www.maringaprevidencia.com.br

ATA DE REUNIÃO 3

Aos 12 dias do mês de fevereiro do ano de 2026, às 13h30min, em sua Sede no Avenida Carneiro Leão, 135, Galeria do Edifício Europa - Zona 01, Maringá/PR, realizou-se a 3.º Reunião do Conselho Fiscal da Maringá Previdência, sob a Presidência do Conselheiro Wilson Antonio Braz e com o comparecimento dos Conselheiros João Ismael Altoé, Arthur Magalhães Campelo Junior e Ademir Aparecido Antonelli. Registradas as presenças do Diretor Presidente da Maringá Previdência, Edson Paliari, do Diretor Previdenciário e Financeiro da Maringá Previdência, José da Silva Neves, e do Contador e Presidente do Comitê de Investimentos da Maringá Previdência, Edimar de Oliveira Carvalho. Em seguida o Presidente Wilson iniciou a reunião agradecendo a presença e todos e passou para a Pauta em seu ITEM 1 - Relatório de Investimentos do mês de dezembro para aprovação. Edimar apresentou e explicou o novo modelo do Relatório aos Conselheiros. Foi apresentado os Relatórios Gerais de Investimentos do ano de 2025 e do mês de dezembro de 2025. Ressalta-se que o mês de dezembro fechou acima da meta, apresentando rentabilidade no valor de R\$ 11.904.429,61. Após análise e apreciação os relatórios foram aprovados por unanimidade pelo Conselho Fiscal e seguem anexos a ata. ITEM 2 - Parecer nº 4 do Comitê de Investimentos referente ao Relatório de Investimentos para aprovação. Edimar discorreu sobre o Parecer, que foi aprovado por todos os Conselheiros. ITEM 3 - Parecer nº 2 do Comitê de Investimentos Referente aos Fundos Estressados para ciência. Após apresentação do Parecer por parte do Edimar, todos os Conselheiros tiveram ciência do seu conteúdo. ITEM 4 - Plano de Trabalho 2026 do Conselho Fiscal, para aprovação. Foi apresentado e aprovado por unanimidade o Plano de Trabalho 2026, que segue anexo à ata. ITEM 5 - Assuntos Gerais. Edson informou que nos dias 04, 05 e 06 de março do corrente ano ocorrerá o 8.º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS em Florianópolis, promovido pela Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais. Ficou decidido que os Conselheiros Wilson Antonio Braz, Arthur Magalhães Campelo Junior e Ademir Aparecido Antonelli participarão do evento. Não tendo mais nada a ser discutido, o Presidente Wilson agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, e, eu, João Ismael Altoé, lavrei a presente Ata, a qual foi lida, sendo considerada conforme, aprovada e assinada na sequência.



Documento assinado eletronicamente por **João Ismael Altoé, Secretário(a) de Conselho**, em 12/02/2026, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Antonio Braz, Presidente de Conselho**, em 12/02/2026, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ademir Aparecido Antonelli, Membro de Conselho**, em 12/02/2026, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arthur Magalhães Campelo Junior, Vice-Presidente de Conselho**, em 12/02/2026, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edimar de Oliveira Carvalho, Presidente do Comitê de Investimentos**, em 12/02/2026, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edson Paliari, Diretor(a)-Presidente da MGAPREV**, em 12/02/2026, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7936789** e o código CRC **8F9E1A09**.
